

Romanística

UM

João Corrêa-Cardoso & Maria do Céu Fialho (coords.)

Todos os volumes desta série são sujeitos a arbitragem científica independente.

COORDENADORES

João Corrêa-Cardoso & Maria do Céu Fialho

TÍTULO

Romanística - UM

EDITOR

Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra

EDIÇÃO:

1ª/ 2013

COORDENADOR CIENTÍFICO DO PLANO DE EDIÇÃO

Maria do Céu Fialho

CONSELHO EDITORIAL

José Ribeiro Ferreira, Maria de Fátima Silva, Francisco de Oliveira e Nair Castro Soares

DIRECTOR TÉCNICO DA COLECÇÃO:

Delfim F. Leão

CONCEPÇÃO GRÁFICA E PAGINAÇÃO:

Rodolfo Lopes, Nelson Ferreira

IMPRESSÃO:

Simões & Linhares, Lda. Av. Fernando Namora, n.º 83 Loja 4. 3000 Coimbra

ISBN:

ISBN DIGITAL:

DEPÓSITO LEGAL:

© CENTRO DE ESTUDOS CLÁSSICOS E HUMANÍSTICOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

© CLASSICA DIGITALIA VNIVERSITATIS CONIMBRIGENSIS (<http://classicadigitalia.uc.pt>)



Reservados todos os direitos. Nos termos legais fica expressamente proibida a reprodução total ou parcial por qualquer meio, em papel ou em edição electrónica, sem autorização expressa dos titulares dos direitos. É desde já excepcionada a utilização em circuitos académicos fechados para apoio a leccionação ou extensão cultural por via de e-learning.

IMPÉRIO, CULTURA E ROMANIDADE

VASCO GIL MANTAS
Universidade de Coimbra

As discussões em torno de conceitos como os que surgem no título desta comunicação ganharam desde há alguns anos uma nova importância no contexto da História da Antiguidade Clássica e do seu legado universal. É evidente que este renovar de atenção por parte de historiadores, politólogos e sociólogos resulta, mais uma vez, da evolução da sociedade contemporânea, confrontada com problemas que não deixam de evocar situações já vividas no passado, das quais resultaram consequências que os dirigentes do mundo globalizado ignoram ou, simplesmente, temem reconhecer publicamente. É neste cenário confuso e dramático que o Império Romano é frequentemente invocado como paradigma dos novos tempos, globalizados e multiculturalistas, de uma forma que não podemos deixar de considerar anacrónica e incorrecta.

Ao longo desta comunicação tentaremos mostrar que tais tentativas de associar passado e presente são falaciosas e pouco devem à verdade histórica, truncada de factores fundamentais para a sua correcta interpretação. Julgamos mesmo que alguns dos aspectos mais correntemente citados para estabelecer essa associação se contam entre as causas da queda de Roma. É verdade, sem dúvida, que desse acontecimento fulcral da História resultou um mundo novo. Mas estaremos, hoje, dispostos a viver uma experiência idêntica? Não quer isto dizer que os Idealtypen da antiguidade imperial romana, nomeadamente os seus valores centrais, não continuem, sob muitos aspectos, presentes na cultura ocidental.¹ Por tudo isto, a actualidade desta questão é evidente e relaciona-se de forma muito directa com questões políticas e culturais que condicionam o quotidiano e o futuro, e não apenas na Europa.

Não faltam semelhanças entre a globalização, entendida como extensão de uma determinada forma civilizacional, com uma forte componente económica, e o Império, identificando-se correntemente os Estados Unidos da América como a nova Roma,² enquanto o multiculturalismo se assume como um valor absoluto dos tempos actuais, pretensamente idêntico ao do mundo romano. Nesta visão deturpada da Antiguidade esquece-se o que foi a Romanidade, confundida por vezes com conceitos pejorativos em torno da dialéctica

¹ M. H. Rocha Pereira, *Raízes clássicas da União Europeia*, Boletim da Faculdade de Direito, 84, 2008, pp.11-24. Agradecemos cordialmente ao Dr. Luís Madeira a preparação das figuras da nossa comunicação.

² A. Bancalari Molina, *Orbe romano e imperio global. La romanización de Augusto a Caracalla*, Santiago do Chile, 2007; Cullen Murphy, *Are we Rome? The Fall of an Empire and the Fate of America*, Boston, 2008.

império-imperialismo, estimulada pelas vicissitudes que marcaram o fim dos impérios coloniais europeus e por uma linha historiográfica pós-colonial pouco condescendente e não poucas vezes hiper-crítica.³ Como tantas vezes sucede, o passado romano foi frequentemente transformado em objecto de um imaginário positivo ou negativo, descobrindo uma das grandes fraquezas das ciências históricas que é a sua inevitável submissão aos valores de um determinado período histórico, quando não simplesmente constituída suporte de uma corrente ideológica.

Interessa-nos em especial a identificação entre o Império Romano e a União Europeia, da qual se tem usado e abusado, desvalorizando a existência de um centro de poder único e a ausência de uma constituição imperial, uma vez que as relações entre Roma e as cidades e povos do Império eram determinadas caso a caso, unilateralmente. Embora a sua matriz seja europeia, a verdade é que o Império Romano não pode ser considerado exclusivamente europeu, no sentido restrito do termo, constituído, como foi, por vastos territórios repartidos por três continentes (Fig.1).

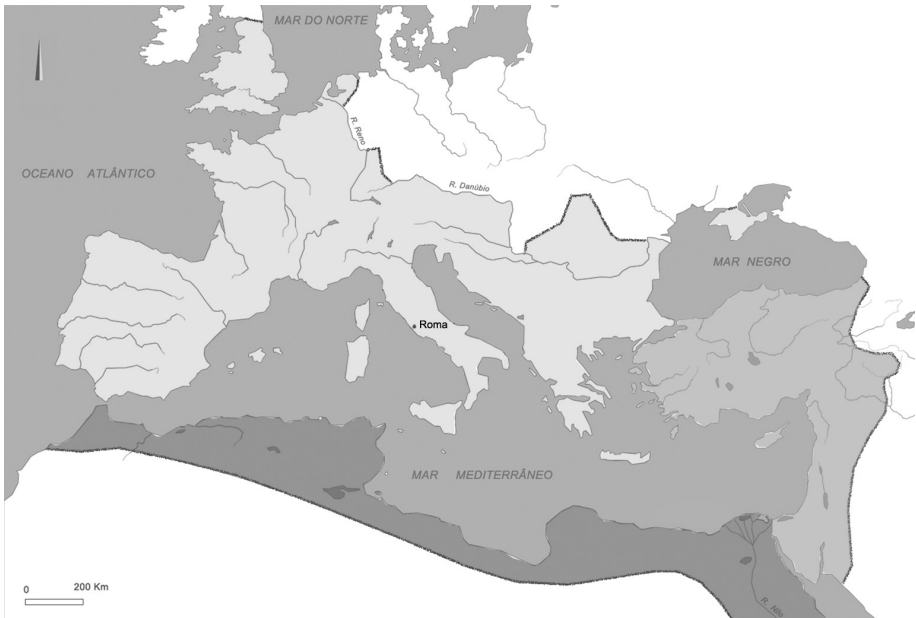


Fig.1 - O Império Romano no século II com as suas regiões europeias, africanas e asiáticas.

³ D. J. Mattingly (ed.), *Dialogues in Roman Imperialism. Power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire*, Portsmouth (RI), 1997.

Na verdade, a Europa, como hoje entendemos o conceito, surge gradualmente durante a Idade Média, pelo que, se considerarmos apenas o Império do Ocidente e o seu pretenso continuador, o Império Carolíngio, talvez estejamos mais próximos dessa pretendida identificação. Por outro lado, a complexidade da Roma imperial não deixa de se aproximar, nalguns aspectos, da que se vive actualmente, parecendo muito moderna, caracterizada por uma grande diversidade cultural e étnica. É certo que a diversidade foi, desde o início da civilização romana, um factor marcante da mesma, presente desde logo nos relatos mais ou menos lendários da fundação da Urbe, caso da aliança entre Latinos e Sabinos, até ao cosmopolitismo da enorme confederação de cidades que constituía a essência do Império.

Uma inscrição gravada numa rocha do Djebel Um Sahm (Fig.2), na extremidade ocidental do impressionante Wadi Rum, nos confins arábicos do Império,⁴ ilustra perfeitamente esta variedade organizada por uma hegemonia indiscutida e indiscutível: *Os Romanos ganham sempre. Eu, Lauricius, o escrevi. Salve Zeno!*⁵



Fig.2 - Inscrição de Djebel Um Sahm, na Jordânia (foto Bill Jobling).

⁴ O *Wadi Rum*, a que os Romanos chamavam *Aramwa*, situa-se no sul da Jordânia e tornou-se famoso nos anos sessenta do século passado depois de nele terem sido rodadas algumas espectaculares cenas do filme *Lawrence da Arábia*. A influência romana na zona começou cedo, acabando o reino nabateu por ser anexado na sua maior parte no século II.

⁵ Bill Jobling (rel.), *Chronique Archéologique. Jordanie, Syria*, LXX (1-2), 1993, pp. 244-246.

A epígrafe remonta ao século II, período em que a política externa romana nesta área ganhou particular agressividade, denunciando uma inabalável confiança na superioridade de Roma, considerada com evidente naturalidade. Mas esta circunstância revela todo o seu valor se atendermos ao facto do texto ter sido redigido em língua grega e de nele encontrarmos um antropónimo latino e um antropónimo grego. Com efeito, este triunfalismo romano nos confins orientais do Império é também, e antes de mais, uma afirmação de identidade colectiva, aquilo que podemos e devemos designar como Romanidade.

Resulta evidente que a Romanidade não é um fenómeno exclusivamente romano, no sentido restrito do termo, nem lhe pode ser atribuído um significado étnico ou cultural exclusivista, antes devendo ser considerado como o resultado de uma política de integração centrada em padrões de comportamento e valores oficiais em que as diferenças se esbatem, sem que deixem de existir. Neste processo complicado e desenvolvido ao longo de séculos, o Oriente helenizado e o Ocidente latinizado ocuparam espaços bem definidos, com consequências históricas recorrentes, determinadas por fronteiras linguístico-culturais quase imutáveis. Recordemos apenas as fronteiras que hoje dividem os Balcãs, menos étnicas que culturais, quase coincidentes com a linha de separação entre os falantes gregos e latinos do Império, em grande parte correspondente à linha divisória entre o Império do Ocidente e o Império do Oriente.

Como dissemos, os conceitos de Império e de Romanização têm sofrido ataques devastadores nos últimos anos, e a todos os níveis, produzindo interpretações extremamente negativas, quase sempre inspiradas por realidades alheias à Antiguidade, atingindo por vezes os limites do absurdo. É verdade que este processo condenatório se iniciou muito antes, bastando recordar o conhecido discurso do rebelde britânico *Galgacus* criticando a urbanização como uma forma de impor tranquilamente a tirania, discurso imaginado por Tácito, por razões bem conhecidas.⁶ O que sucede, infelizmente, é que muitos investigadores, e não dos menos inteligentes, confundem com frequência as experiências coloniais dos séculos XIX e XX, aliás bastante diferentes entre si, com as realidades do mundo romano, criticando os critérios utilizados para elogiar o Império e a chamada Romanização herdados da tese positiva do grande Theodor Mommsen.⁷

Vejamus duas opiniões absolutamente divergentes em relação a esta questão fundamental que é a de determinar se a expansão romana teve ou não consequências negativas para os conquistados, nos quais Élio Aristides queria

⁶ Tácito, *Agr.*, 30-34.

⁷ A. Demandt, *Theodor Mommsen*, Classical Scholarship. A Biographical Encyclopaedia, Nova Iorque, 1990, 285-307; Stefan Rebenich, *Theodor Mommsen: eine Biographie*, Munique, 2002.

ver, retoricamente, povos associados.⁸ A primeira é do historiador britânico Alistair Moffat, a segunda do arqueólogo romeno Nicolae Branga. Eis o que Moffat escreveu recentemente:

The reality is that Romans came to what is now Scotland, they saw, they burned, killed, stole and occasionally conquered, and then they left a tremendous mess behind them, clearing away native settlements and covering good farmland with the remains of ditches, banks, roads and other sorts of ancient military debris. Like most imperialists they arrived to make money, to gain political advantage and to exploit the resources of their colonies at virtually any price to the conquered and remarkably, in Britain, in Scotland, we continue to admire them for it.⁹

O segundo texto, redigido na era Ceaucescu, o que o torna particularmente significativo, exprime uma opinião bem diferente, sem ignorar o binómio dominador-dominado:

Lucrările de urbanistică din Dacia romană sînt impresionante. Impresionante prin cantitatea, diversitatea și calitatea lor, dar și prin timpul scurt în care au fost realizate. Se poate spune că cei 165 ani de prezență efectivă a Romei în Dacia alcătuiesc o perioadă historică dominată de febra construcțiilor. Din acest punct de vedere, oficialitatea romană continuase, la scară largă și nivel superior, politica de construcții inaugurată de regii daci. Datorită acestei continuități, dar mai ales datorită imensului efort constructiv, caracterul spoliator al dominației romane în Dacia este esențialmente atenuat. În același sens pledează și destinația prin excelență publică, edilitară, culturală și politică, de interes strict intern a majorității construcțiilor din orașele daco-romane.¹⁰

As opiniões destes dois especialistas são tão divergentes entre si que só podem explicar-se por razões de ordem ideológica, ainda que ambos reconheçam a capacidade romana de transformar a paisagem, rural e urbana. Mas enquanto o primeiro a considera absolutamente execrável, simples expressão de brutalidade imperialista, o segundo admite que os efeitos da romanização foram muito positivos para a maioria da população dácia. O problema, no fundo, talvez resida nas identificações que se estabelecem entre os contemporâneos e este ou aquele povo do passado, limitando-se o que se apresenta como uma análise realista da história a repetir, afinal, os desvios românticos e os aproveitamentos políticos que se encontram nos escritos de algumas das grandes figuras da historiografia romana dos séculos XIX e XX.

⁸ Élio Aristides, *Or. Rom.*, XXXVI, 94-96.

⁹ Alistair Moffat, *Before Scotland: the Story of Scotland Before History*, Londres, 2005, p. 226.

¹⁰ Nicolae Branga, *Urbanismul Daciei Romane*, Timisoara, 1980, p. 79.

A célebre referência contida nos manuais escolares franceses – *nos ancêtres les Gaulois* – ilustra perfeitamente o que pretendemos dizer, sem necessidade de mais explicações, certos de que continuaremos a deparar com *topoi* semelhantes ao longo deste já muito conturbado século XXI, ainda que quase sempre com diferente intenção.¹¹

Apesar de um tanto marginalmente, mas sem esquecer que grande parte da discussão assenta em dados arqueológicos, como os textos de Moffat e de Branga reflectem, não podemos deixar de perspectivar a forma como os arqueólogos do futuro interpretarão a presença de garrafas de vodca e de cola no Afeganistão, sobretudo considerando a sua presença em muitas outras regiões do globo. Para além do reconhecimento de padrões civilizacionais exóticos será seguramente muito difícil atribuir-lhes significados ideológicos precisos. Este exemplo, que talvez não seja o melhor, parece-nos suficiente para sublinhar as reais dificuldades que existem subjacentes a este tipo de discussões. Na verdade, acabamos por adoptar esta ou aquela interpretação de acordo com a nossa própria sensibilidade social, de uma ou de outra forma quase sempre indissociável dos padrões culturais que nos são próximos.

Embora a definição de império não seja difícil, a sua interpretação não escapa a certas dificuldades. Nos dicionários o império é descrito simplesmente como o Estado governado por um soberano com o título de imperador, o que sendo verdade é manifestamente impreciso e pouco explícito. Se aceitarmos esta definição seremos obrigados a reconhecer que o Império Romano só começa depois da batalha de Accio, ou mesmo um pouco mais tarde, em 23 ou 22 a.C., o que é correcto em termos constitucionais internos embora anacrónico considerando o cenário geopolítico há muito existente no Mediterrâneo. Se intentarmos comparar os impérios modernos com o Império Romano as dificuldades aumentam, pois as diferenças são muitas, desde logo porque os impérios mais recentes não correspondem a um modelo único, mesmo sem considerarmos as situações *de facto*.

Vejam os alguns exemplos. O II Reich alemão, entre 1871 e 1919, criado por força da Prússia depois da vitória sobre a França de Napoleão III, era um império nacional, no sentido em que a esmagadora maioria da população era de língua e cultura germânicas, ainda que preservando a identidade formal dos anteriores espaços políticos. Situação muito diferente era a do dualista Império Austro-Húngaro, enorme extensão territorial controlada por uma minoria de língua alemã. O Império Austro-Húngaro contava com numerosas nacionalidades, difíceis de governar e de impossível assimilação, mas constituiu um factor de estabilidade na Europa central até à sua destruição definitiva em

¹¹ Paul Graves-Brown / Siân Jones / Clive Gamble (ed.), *Cultural Identity and Archaeology. The Construction of European Communities*, Londres / Nova Iorque, 1996.

1920 pelo famigerado Tratado de Trianon, cujas sequelas ainda se fazem sentir. Para termos uma ideia do que era este império em termos de diversidade basta referir que na sua Marinha era necessária recorrer a seis línguas diferentes, o que nunca sucedeu no Império Romano e no Império Bizantino, até Justiniano, onde a língua de comando era o Latim.¹²

A forma como o império é sentido ou vivido também varia, como é evidente. Para Rudyard Kipling, admirador incondicional do Império Romano, como se verifica através de algumas das suas obras, caso do ciclo de histórias de *Puck of Pook's Hill*¹³, o império é um dever civilizador, lapidarmente definido como *white man's burden* pressupondo, desde logo, diferenças marcadas entre os seus diferentes componentes, questão sobre a qual não nos alargaremos aqui. Kipling pertenceu a uma geração que viu o Império Britânico como uma terra de esforço viril, esperança e glória, servido por figuras míticas, como o general Charles Gordon, e traduzido em música por Edward Elgar, algo que encontrava inspiração na missão civilizadora romana (Fig.3).



Fig.3 - A menina inglesa e o soldado romano. Ilustração do livro *Puck of Pook's Hill*, de Kipling (desenho de H. R. Millar).

¹² Paul Chack, *Como marinheiros se batem. 1914-1918*, Porto, 1930, p.305.

¹³ Rudyard Kipling, *Puck of Pook's Hill*, Toronto, 1906, pp. 137-226.

Não deixa de ser curioso, e inquietante, a forma como tais figuras são hoje criticadas, projectando no passado conceitos ideológicos que eram então pouco ou nada valorizados, ainda que com inequívocas excepções, como a do escritor Joseph Conrad,¹⁴ circunstância que reflecte, sobretudo, as alterações sofridas pelos centros do poder mundial. Desta forma podemos compreender perfeitamente que a Força Aérea dos Estados Unidos da América tenha adoptado o princípio *Global Reach, Global Power for America*, conceito estratégico recentemente alargado para *Global Engagement*, espécie de modernização da tese defendida por Mommsen a propósito das razões do expansionismo romano.

Aqui chegados, voltamos a encontrar a tendência actual para comparar os EUA, a que alguns chamam a República imperial, com uma espécie de versão moderna do Império Romano. Uma análise mais profunda mostra que, para além de algumas semelhanças circunstanciais, esta identificação é difícil de sustentar, ainda que deva ser meditada. O exercício do império pode fazer-se, realmente, de várias formas, umas mais directas que outras, como todos sabemos, mas é bom manter as perspectivas cronológicas próprias a cada situação, evitando derivas capazes de perturbar o exercício de análises históricas imparciais. O estudo da civilização romana já suscita questões suficientemente complicadas, sobretudo do ponto de vista das culturas envolvidas, para que o tornemos ainda mais difícil através de atitudes comparativistas pouco ajustadas. Não quer isto dizer que no passado romano não tenha havido, e neste momento isso é mais do que claro, sucessos cujo conhecimento deve obrigar a reflectir muito seriamente sobre situações próximas existentes no presente.¹⁵

Que nem todos os impérios são iguais parece ser um dado adquirido, mesmo salvaguardando a questão permanente das relações entre dominador e dominado, largamente relacionada com o grau de cultura e desenvolvimento histórico do segundo. Como é claro, cremos que só por distração ou com segundo sentido se poderá comparar o domínio romano em províncias como a Lusitânia ou a Acaia, razão que nunca nos levaria a sustentar um pedido de desculpas por parte da Itália motivado pelas Guerras Lusitanas. Ao contrário da tese defendida por Moffat, aceitamos sem dificuldade que a presença

¹⁴ Joseph Conrad, *O coração das trevas*, Lisboa, 2004, pp. 8-11. A atitude crítica de Conrad pode explicar-se quer pela sua experiência negativa do mundo colonial, como oficial da marinha mercante, quer pela sua origem polaca. Como é sabido, na época a Polónia pertencia ao Império Russo. Sobre as relações entre a educação e o Império Britânico: Frances H. Jones, *Tirocinium Imperii: Public School Education in the Victorian Era, the Classical Curriculum and the British Imperial Ethos*, Middleton, 2008, pp.26-49.

¹⁵ Bryan Ward-Perkins, *A queda de Roma e o fim da civilização*, Lisboa, 2006, p. 244. Aconselhamos vivamente a leitura desta obra a todos os interessados pelas consequências da queda de Roma e pelas ambíguas interpretações da chamada Antiguidade Tardia.

romana foi francamente positiva, independentemente do respeito que nos merece a figura de Viriato assim como a de todos que com ele se possam comparar.¹⁶ Que nos movemos no campo do imaginário e do simbólico identitário, quantas vezes escorregadio, provam-no, por exemplo, os versos em louvor do Império Britânico que se podem ler no pedestal do monumento à rainha rebelde Boudica, em Londres: *Regions Caesar never knew / Thy posterity shall sway*.¹⁷

Para voltarmos à realidade mais prosaica, recordamos que o império é, antes de mais, um exército presente no terreno de forma visível e eficiente e uma administração regular e respeitada. Como nem todos os impérios são iguais, acontece por vezes que se verifiquem condições que permitem fenómenos sociais impensáveis noutros contextos imperiais ou coloniais (Fig.4), diferença que talvez seja mais digna de atenção do que aquela que normalmente se lhe atribui.



Fig.4 - Uma visão do Império: Quinzau, Angola (1966).

Seja como for, o império, enquanto sistema político complexo, admite, pelo menos em teoria, mais caminhos de integração aos súbditos não pertencentes

¹⁶ O interesse por esta figura recrudescceu significativamente nos últimos anos: M. Pastor Muñoz, *Viriato. A luta pela liberdade*, Lisboa, 2003³.

¹⁷ Paul Sealey, *The Boudican Revolt against Rome*, Princes Risborough, 1997. Os versos no pedestal do belo e fantasista monumento à rainha são da autoria de William Cowper, notável poeta inglês do século XVIII. O monumento é da autoria de Thomas Thornycroft.

ao grupo dominante, do que o sistema colonial, naturalmente bastante mais fechado. Veremos como no Império Romano funcionou o processo de integração de povos e culturas diferentes, não sem efeitos perversos a longo prazo, sempre de esperar quando as inovações culturais ferem a essência do sistema.

A fabulosa história de Roma é caracterizada por um longo processo de integração e de fusão de elementos estranhos, a partir de um inicialmente muito reduzido núcleo constituído por itálicos, etruscos e gregos, os quais determinaram durante séculos os princípios a que obedeceu o desenvolvimento da Urbe, centrados na frugalidade, na disciplina e numa direcção política coerente. A estes factores, tão raros nos tempos actuais, devemos acrescentar o pragmatismo esclarecido – *outros medirão melhor o curso dos astros* – e o respeito pela divindade, garante da existência da comunidade humana organizada enquanto *civitas*. É também evidente que estes valores sofreram alterações à medida que Roma se transformou numa cidade dominante, num poder hegemónico italiano, numa República imperial e, finalmente, num Império universal. Aqui defrontamo-nos com a velha questão, dispersa entre os escritos dos humanistas e a cinematografia de Hollywood,¹⁸ que é a das razões da decadência e queda do Império Romano, sempre controversa e cuja interpretação depende largamente do contexto sócio-político do qual emerge. Todavia, não deixa de ser pouco compreensível, em termos historiográficos, atribuir a queda do Império Romano à escravatura, como ainda o fez recentemente Joel Kotkin,¹⁹ deixando-nos um tanto perplexos a recuperação por este célebre urbanista de uma obsoleta tese marxista.

No caso romano devemos atender à capacidade de manutenção de determinados princípios, que podem persistir para além da diversidade étnica do Império, porque constituem o ponto de encontro e de reconhecimento mútuo de sensibilidades e de tradições diferentes, próprias deste ou daquele povo, mais ou menos civilizado. Encontramos aqui uma espécie de conflito domesticado entre o centro e a periferia, entendida como qualquer coisa que girava na órbita de Roma, considerada sempre secundária do ponto de vista político e com frequência também do ponto de vista cultural,²⁰ mas a cujos naturais era permitido, sob determinadas condições até ao Édito de Caracala e de forma muito mais simples a partir de então, aceder ao núcleo representado pelo centro, o qual, na época de Augusto, por exemplo, se limitava a uns 9% da população total do Império, os cidadãos.

A expansão territorial conduziu a um enriquecimento cultural desse centro organizado em torno de valores comuns ao velho fundo indo-europeu, no qual

¹⁸ Maria Wike, *Projecting the Past. Ancient Rome, Cinema and History*, Nova Iorque / Londres, 1997; Jon Solomon, *The Ancient World in the Cinema*, New Haven (CT), 2000².

¹⁹ Joel Kotkin, *A cidade. Uma história global*, Lisboa, 2011, pp. 63-64.

²⁰ J. S. Richardson, *Neque elegatem, ut arbitror, neque urbanum: reflections on Iberian urbanism, Social Complexity and the Development of Towns in Iberia*, Oxford, 1997, pp. 348-352.

outros eram chamados a participar, alimentando assim curiosos fenómenos de aculturação nos quais a escravatura, tal como noutros tempos e noutros locais, não deixou de desempenhar um importante papel. A partir de determinado momento pretender caracterizar a cultura romana torna-se relativamente difícil, se abandonarmos os conceitos estritamente greco-latinos, e repare-se que já estamos a referir uma cultura mista, para abrangermos a diversidade de situações no conjunto do mundo romano. Um bom exemplo dos fenómenos de aculturação que referimos, por envolver uma figura defensora irreduzível do *mos maiorum*, Catão-o-Antigo, o qual preferia limitar a expansão romana à Itália, considerando que uma política de conquistas no exterior faria perigar o cerne do que ele considerava a identidade romana e a própria República, como acabou por suceder, e por se referir a um elemento do quotidiano vulgar, é a inclusão por este declarado inimigo de Cartago da receita da sopa cartaginesa no seu tratado de agricultura.²¹

Parece nítido que o mundo romano desde muito cedo respeitou ou tolerou formas culturais à margem do modelo oficial, mas que não devem ser interpretadas à luz do nosso conceito de marginalização. No fundo trata-se, como sempre, da dualidade entre cultura oficial e cultura popular, das suas influências e da sua interacção. Em termos artísticos, tão importantes na civilização romana, podemos admitir que à primeira corresponde a *Hofkunst* e à segunda a *Soldatenkunst*, dois bons conceitos germânicos que permitiram a Bianchi Bandinelli páginas muito interessantes e elucidativas sobre as realidades da arte romana, nas suas vertentes oficial, privada e popular.²²

Esta flexibilidade romana em relação ao que não corresponde ou não pode ser integrado no modelo oficial ganha particular visibilidade em relação a determinadas áreas do seu mundo cosmopolita. Recordamos, a título de exemplo, o caso do Egipto, território com um estatuto especial que constituía o imperador como sucessor dos reis lágidas e onde, por razões políticas e também culturais, os candidatos à plena cidadania romana deviam adquirir primeiro o estatuto de cidadão de Alexandria, com o qual poderiam receber a título pessoal o direito latino ou ganhá-lo através do serviço militar na frota. Chegaram-nos diversas cartas de recrutas em vias de romanização, inclusive onomástica, após o início do seu longo período militar, cartas particularmente interessantes para a reconstituição deste processo de integração de elementos que não eram, de maneira geral, dos mais considerados no Império,²³ ao contrário de algumas das suas divindades que, nas versões helenísticas, se espalharam, como a deusa Ísis, por todas as províncias do Império, incluindo a Lusitânia.²⁴

²¹ Catão, *De Agr.*, 85.

²² Paul Petit, *La paix romaine*, Paris, 1967, pp.356-362 (=Petit, *Paix*); R. Bianchi Bandinelli, *Rome. Le centre du pouvoir*, Paris, 1969, 51-106.

²³ Petit, *Paix*, p.277-279; Chester G. Starr, *The Roman Imperial Navy 31 B.C.-A.D. 324*, Chicago, 1993³, pp. 77-81.

²⁴ Vasco Mantas, *O mundo religioso dos viajantes e comerciantes*, Religiões da Lusitânia.

É exactamente o principal santuário desta divindade situado na ilha de *Philae*, hoje desaparecida sob as águas da albufeira da polémica grande barragem de Assuan, santuário cujas ruínas foram desmontadas e deslocadas para outra ilhota próxima, a de Agilkia, que encontramos uma demonstração exemplar da capacidade de abertura do mundo romano. Neste santuário de *Philae* o pragmatismo romano ganha particular visibilidade, na verdadeira acepção da palavra, uma vez que o chamado Quiosque de Trajano, espécie de pórtico monumental construído por este imperador, obedeceu plenamente à estética e aos princípios da arquitectura egípcia e não aos cânones clássicos grego-romanos (Fig.5).



Fig.5 - O Quiosque de Trajano, na ilha santuário de Philae, nos finais do século XIX (foto Antonio Beato).

Este tipo de edifícios suscita uma questão de difícil resposta, que consiste, fundamentalmente, em discernir entre arte romana ou arte do império,²⁵ questão complicada pois neste caso de *Philae* estamos perante uma situação evidente de arte oficial que não segue os valores do centro, respeitando a periferia, uma vez que as próprias inscrições com a titulatura do imperador,

Loquuntur Saxa, Lisboa, 2002, pp. 157-164.

²⁵ Michael Grant, *Art in the Roman Empire*, Londres, 1996 (=Grant, *Art*).

conhecido pela sua posição defensora dos valores tradicionais romanos, são em escrita hieroglífica. Este exemplo limite faculta um excelente testemunho da integração pragmática do que, aparentemente, não é assimilável. Ou seja, como se verifica com a inscrição do Wadi Rum, a Romanidade não é, no Império, um conceito étnico ou mesmo estritamente cultural. Aceitando a diferença onde esta se justificava, o Império fortaleceu-se, fenómeno que não deixou de se chocar com inelutáveis realidades, mesmo depois de 212, ou talvez mesmo com maiores dificuldades após esta data.

Os problemas religiosos surgiram muito cedo no mundo romano, não obstante a inegável abertura sempre demonstrada em relação a todas as religiões, problemas motivados por incompatibilidades de ordem política. O enorme santuário do deus Sol, Bel ou Baal, em Balbek (*Heliopolis*), oficialmente consagrado a Júpiter Heliopolitano, é um excelente exemplo da *interpretatio* romana. As ruínas que dele sobreviveram em Balbek, no Líbano (Fig.6), constituem ainda um dos mais imponentes conjuntos monumentais de todo o Império, quer pelas colossais dimensões dos edifícios, quer pela qualidade e riqueza da decoração.

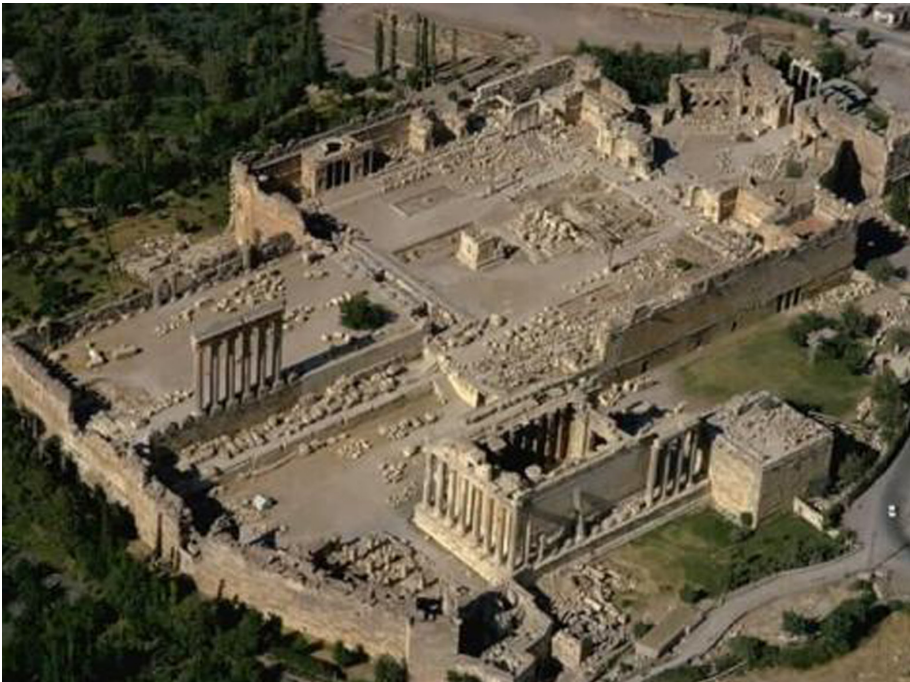


Fig.6 - O grande santuário de Júpiter, em Balbek. As colunas do templo principal ascendem a 20 metros.

O santuário desenvolveu-se sobretudo entre o século I e III, com grandes intervenções de Nero, Trajano e Caracala, até à sua cristianização no final do século IV, por iniciativa do imperador Teodósio. Este caso de *Heliopolis* demonstra facilmente, num cenário espectacular,²⁶ que as divindades orientais, semitas, não ofereciam dificuldades particulares de *interpretatio*, como se comprova, a todos os níveis, por exemplo, com as divindades fenício-púnicas, entre as quais não podemos deixar de recordar o Baal-Melkart gaditano, associado a Hércules pelos bons romanos, como Trajano.²⁷

Qual era, então, a razão das dificuldades? Se no caso dos Druídas havia uma clara razão de estímulo à resistência céltica, complicada pela prática de sacrifícios humanos, tal como sucedeu com o sacrifício de crianças em certos rituais púnicos no Norte de África, impossíveis de aceitar pela administração romana, a grande questão é a do embate, inevitável, entre politeísmo e monoteísmo. O paganismo, durante séculos dominante em praticamente todo o mundo romano, permitia entendimentos e sincretismos nos quais os monoteísmo judaico e cristão não tinha parte, excluído pela sua essência da grande comunidade politeísta na qual se integrava o poder dominante. Desta forma, o paganismo funcionou também como um factor de união entre povos e culturas muito diversas, mesmo quando alguns dos cultos recebidos no Império se referiam a divindades nacionais de povos em conflito aberto com o Império Romano, como foi o caso do deus iraniano Mitra.²⁸

Os relevos do Arco de Tito, em Roma, invocam uma dessas grandes questões político-religiosas, como foi a do conflito quase permanente entre Romanos e Judeus (Fig.7), apesar de períodos de acalmia onde reinava um certo *modus vivendi* aceite por ambos e que não deixou de contribuir para uma profunda aculturação, pelo menos formal, dos últimos.

²⁶ Vasco Mantas, *As cidades do Sol*, O Sol Greco-Romano, Coimbra, 2008, 173-177; Grant, *Art*, pp. 33-35.

²⁷ Petit, *Paix*, p. 190.

²⁸ Robert Turcan, *Mithra et le Mithriacisme*, Paris, 1981.



Fig.7 - Relevo do Arco de Tito, em Roma, mostrando a *Menorah* do Templo de Jerusalém no cortejo triunfal do imperador.

A destruição do Segundo Templo em 70, aliás não ordenada por Tito, resultou não de uma guerra religiosa, mas da irredutibilidade judaica, a qual levou a frequentes revoltas às quais Roma respondeu com notória brutalidade. Como é evidente, a lógica do império não permitiria uma oposição triunfante, tanto mais que neste caso se tratava de um povo considerado diferente e insubmisso, instalado numa área que interessava ao Império Romano como charneira entre o Egito e a Síria e testa de ponte das comunicações em direcção ao Oriente dominado pelo único grande Estado em contacto directo com Roma, o belicoso Império Persa. Se assim não fosse, talvez Roma tivesse simplesmente abandonado a Judeia, como sucedeu na Caledónia e na Germânia, neste último caso cometendo um terrível erro geoestratégico, como

veremos a seu tempo. É quase certo que, se Roma partisse, quem dominasse a Mesopotâmia atingiria as praias do Mediterrâneo, como já acontecera no passado.

Que a convivência era possível entre Romanos e Judeus no contexto imperial comprova-o a presença da colônia judaica na Urbe, nomeadamente antes da Primeira Revolta.²⁹ Se quisermos recorrer a um exemplo clássico podemos recordar a cidadania romana de Paulo de Tarso que é um testemunho claro da forma como funcionava o sistema jurídico romano, sobretudo no tocante ao respeito pelo estatuto de cidadão, independentemente da religião, cultura ou etnia do indivíduo.³⁰ Mas as possibilidades da participação colectiva judaica tornaram-se cada vez mais limitadas devido à permanente turbulência na zona, que acabou por transformar a Judeia numa província militarizada e rigorosamente controlada. A situação, naturalmente complicada, agravou-se com a expansão do Cristianismo, confundindo-se com frequência os dois credos religiosos, do que em parte resultou a imagem anti-social vulgarmente atribuída aos cristãos.

Considerando que a religião era o pilar fundamental da cidade antiga, mantida sobre um pacto entre a comunidade humana e as divindades, pacto garantido através do culto e da *Pietas*³¹, torna-se fácil compreender o conflito que vai opôr o Estado romano e o Cristianismo durante séculos, devido à introdução de um factor religioso que se opunha ao culto cívico exigido pelo Estado. Este culto cívico, como o culto das divindades oficiais ou o culto imperial, não constituía nenhum problema para os pagãos do Império. Trata-se, portanto, de um violento choque de ordem cultural, para o qual não foi encontrada solução equilibrada, na verdade impossível sempre que se pusesse em causa o monoteísmo ou o conceito religioso de que dependia a concepção da *civitas*.

Na cidade residia a essência da civilização romana, não obstante determinados aspectos da ruralidade, herdados dos tempos longínquos da Monarquia e da República arcaica, terem sobrevivido longamente como elementos culturais, inclusive na religião, mesmo depois da helenização progressiva da mesma. Assim, a cidade, contrariamente ao que sucedeu noutras civilizações, tornou-se no espaço ideal para a integração do estrangeiro, para

²⁹ Nuno Simões Rodrigues, *Iudaei in Vrbe. Os Judeus em Roma de Pompeio aos Flávios*, Lisboa, 2007. Sobre as revoltas: J. James Bloom, *The Jewish Revolts against Rome, A.D. 66-135. A military analysis*, Jefferson (NC) / Londres, 2010.

³⁰ Michael Grant, *O mundo de Roma*, Lisboa, 1967, pp. 101-102; Ronald Hock, *The problem of Paul's social class. Further reflections*, Pauline Studies, 4, Paul's World, Leida / Boston, 2008, 7-18; *Actos*, XXV, 9-12.

³¹ M. H. Rocha Pereira, *História da Cultura Clássica*, 2, *Cultura Romana*, Lisboa, 2008⁴, pp. 338-342.

transformar o peregrino em cidadão ou, pelo menos, em alguém que vivia à romana. Como reflexo da ordem e da harmonia, a cidade ideal correspondia a um modelo que os Romanos disseminaram por todo o Império, assente na existência de dois eixos ortogonais, o *Kardo* e o *Decumanus*, pelo que não consideramos totalmente correcto classificá-lo como hipodâmico. A austera regularidade deste tipo de planta, sancionada religiosamente,³² não deixava com frequência de sofrer alterações quando a cidade se ampliava, como se verifica em tantos casos bem conhecidos.

Embora este modelo tivesse conhecido êxito assinalável noutras situações de tipo colonial, por razões práticas, a verdade é que a cidade representava muito mais do que um centro físico de actividades necessárias, constituindo um centro moral, núcleo das actividades políticas de um território entendidas no sentido mais completo. Expressão visível da sociedade romana e da sua estrutura hierarquizada, as cidades dividiam-se elas próprias por diversos escalões, desde a cidade peregrina, não integrada juridicamente na ordem romana mas dotada de uma estrutura administrativa por ela inspirada e com um cenário urbano romanizado, continuando pelas cidades latinas, municípios e colónias até ao topo da organização, Roma. O que representou a urbanização romana, sobretudo no Ocidente, não é difícil de apreender, constituindo um dos motores da Romanidade através da vulgarização de práticas culturais de diversa inspiração, naturalmente com particular destaque para os modelos oficiais. Como a cidade e os campos viviam uma espécie de simbiose, projectando-se sobre estes a influência dos modelos urbanos, é necessário considerar que o fenómeno urbano ultrapassou os limites da cidade, difundindo, particularmente através da *villae*,³³ estéticas e práticas alheias ao mundo indígena local. São incontáveis os testemunhos deste fenómeno, patente, por exemplo no território do município olisiponense na variedade clássica dos monumentos funerários reunidos no Museu de São Miguel de Odrinhas (Fig.8).

³² Léon Homo, *Rome impériale et l'urbanisme dans l'antiquité*, Paris, 1971, pp. 24-28.

³³ Jean-Gérard Gorges, *Villes et villas de Lusitanie*, Les Villes de Lusitanie Romaine, Paris, 1990, pp. 91-114.



Fig.8 - O antigo Museu de S. Miguel de Odrinhas (Sintra): cupas, aras, cipos e placas.

A cidade, nomeadamente a cidade de tipo colonial, de planta regular e equipamento urbano estereotipado tem sido julgada de formas diferentes, por vezes com severidade. Albert Camus considerou-a produto de uma civilização de agrimensores e de oficiais subalternos,³⁴ sem grande imaginação. Talvez seja curioso recordar o que sobre as ruínas líbias de Cirene, escreveu o tenente aviador Humberto da Cruz, em 1935:

Atravessámos as florestas de Barce, capital do Djebel e passámos sôbre Cirene que, ainda hoje, nas suas ruínas, nos quer mostrar a sua magestade de outros tempos. Roma, atesta naquelas colunas que teimam em resistir ao tempo, a grandeza que lhe deu fôros de maior Império do Mundo. O geométrico talho da antiga cidade torna-se notável do Ar. Muros baixos, de pedras que ficaram, dizem-nos o desenho e tamanho das construções romanas. O que resta daquela arquitetura que marcou as suas linhas no robustecer de uma civilização é para nós, viajantes do Ar, um amontoado regular de materiais mas para visitantes que correm mundo, um mostruário de recordações.³⁵

³⁴ Albert Camus, *Noces*, Paris, 1950, p. 39.

³⁵ Humberto da Cruz, *A viagem do Dilly*, Lisboa, 1935, p. 38. Esta ilustre figura da aviação

Recordações que fazem parte, para sempre, da nossa memória e identidade, esta em larga medida herdeira da cultura que permitiu, em cidades como as que Camus deprecia, fazer a aprendizagem da Romanidade, pois essa era uma das suas funções principais, quer se tratasse de aspectos políticos, religiosos ou simplesmente, da língua latina, como se verifica, por exemplo, na ara consagrada *Genio Amaici* (Fig.9), achada perto das ruínas da cidade de *Ammaia* (São Salvador de Aramenha, Marvão), na qual o conhecimento do latim era ainda rudimentar e a onomástica peregrina, mas onde os conceitos religiosos presentes, as fórmulas epigráficas e o tipo do suporte se revelam já perfeitamente clássicos.³⁶



Fig.9 - Ara consagrada ao *Genio Amaici* por um indígena, notando-se diversos lapsos na escrita das palavras (Museu de Ammaia).

portuguesa bem merecia que a sua terra natal, Coimbra, o honrasse publicamente.

³⁶ Vasco Mantas, *Novidades epigráficas de Ammaia (S. Salvador de Aramenha, Marvão)*, Au Jardin des Hespérides. Mélanges Offerés à Alain Tranoy, Rennes, 2004, pp. 89-92. A ara foi achada nos Alvarrões, na periferia da cidade.

Não podemos, pois, limitar as cidades a um simples local de exercício do poder político, que o foram, naturalmente, e menos ainda reduzi-las a bastiões da ordem romana, espécie de ilhas vigilantes cercadas por um mar de inimigos, quase a exemplo das primeiras colónias militares na Itália e cuja função militar seria primordial. Esta ideia do cerco foi largamente desenvolvida pela conhecida tese de Michael Rostovtzeff, que considerava como causa da queda do Império a oposição, por razões económicas, entre as cidades e os meios rurais. Por paradoxal que tal facto possa parecer, este conflito sugere, da forma como é apresentado, que a romanização se alargara de tal forma pelos finais do Alto Império, e a ubiquidade dos materiais arqueológicos não deixa dúvidas a esse respeito, que se tornara campo de oposições económicas, onde os que não tinham simplesmente lutavam porque queriam ter.

Neste contexto complexo da romanização cultural do Império não podemos esquecer que, nas zonas fronteiriças onde não existiam cidades ou onde o urbanismo era incipiente, foram os campos militares permanentes que dinamizaram o processo romanizador, criando uma Romanidade de fronteira, com algumas peculiaridades, uma das quais, e não das menos importantes, foi a sua influência para além do *Limes*. Talvez seja conveniente recordar que nos grandes centros militares se concentrava grande número de cidadãos romanos, em muitos casos muito superior ao que se podia contar, antes do Édito de Caracala, nas cidades médias do Império. Por outro lado, para além dos efectivos propriamente romanos, de onde os italianos foram desaparecendo gradualmente ao longo do Alto Império, devemos atender à presença de numerosas tropas auxiliares, que foram contribuindo para sincretismos variados, um dos elementos básicos do desenvolvimento da Romanidade, na qual os processos de aculturação, bivalentes, foram fundamentais.

Uma das características dos grandes campos militares situados na fronteira ou na sua rectaguarda imediata foi o de terem dado origem, na sua vizinhança ou imediatamente no exterior da muralha, a povoados civis, *canabae*, por vezes nomeados como *vici*, os quais, em não poucos casos, deram origem a cidades da Europa ocidental e central. A população destes povoados, que podia ser relativamente numerosa, era constituída quase sempre por gente humilde, cuja sustentabilidade dependia da guarnição local e que muitas vezes a acompanhava quando o campo era abandonado. Em Saalburg, na Germânia, o forte romano aí existente, cuidadosamente restaurado, tinha junto a ele um povoado onde viveriam cerca de 1500 civis.³⁷ Uma parte destes habitantes era constituída pelas famílias não oficiais dos soldados, impedidos de contrair casamento legal até finais do século II. Os restantes incluíam pequenos comerciantes, taberneiros,

³⁷ Rudolf Pörtner, *Mit dem Fabrstuhl in die Römerzeit. Städte und Stätten deutscher Frühgeschichte*, Dusseldorf, 1977, pp. 175-180.

prostitutas e escravos, ou seja, o heterogéneo grupo que é habitual encontrar nas frentes de colonização ou onde se verificam grandes concentrações militares. Estes povoados ganharam importância regional à medida que as guarnições fronteiriças passaram a ser constituídas quase exclusivamente por tropas auxiliares de recrutamento local, por vezes semi-bárbaras, os *Limitanei*.

O termo Romano alargou-se progressivamente aos que viviam no Império ou com ele se relacionavam de alguma maneira, limitando a acção do centro em detrimento da periferia, uma periferia de onde cada vez mais fluem homens e ideias que, inevitavelmente, transformam a essência do Império, inclinando-o ideologicamente para modelos autoritários fortemente marcados por soluções orientalizantes. É ilustrativo verificar na lista de imperadores a sua origem geográfica, ou pelo menos a das suas famílias, o que de imediato mostra que o predomínio da Itália termina com Domiciano, assassinado em 96, ou, se quisermos, com Nerva, que governou apenas para facilitar o advento do hispânico Trajano em 98. A partir daqui os imperadores podem, naturalmente, ser oriundos de qualquer das províncias mais romanizadas do Império, numa primeira fase, para depois surgirem da África, da Ásia ou dos Balcãs.

O Édito de Caracala, em 212, alargando a cidadania a todos os homens livres do Império,³⁸ veio clarificar uma situação ambígua na qual cidadão e romano não significavam forçosamente a mesma coisa, uma vez que o segundo respondia a conceitos de ordem político-civilizacional mais do que étnico-cultural. Com a *Constitutio Antoniniana* esta complicada equação, sem abandonar certas práticas oficiais que afirmavam a identidade romana do Império, passa a igualar os dois termos, conferindo supremacia ao factor político e civilizacional. Nesta situação e em confronto com as realidades do século III e IV, a Itália e Roma já não estavam em situação de inverter o curso da História e foi preciso o totalitarismo asfixiante do sistema tetrárquico e a adopção de uma religião que contrariava a essência do mundo antigo para salvar o Império Romano, ou antes, aquilo em que ele se transformava inexoravelmente e que uma elite de saudosistas na Itália não conseguiu evitar, desprovidos do apoio de uma população decaída e submissa.

A frase *Roma já não está em Roma*, título de capítulo assinado por Jean Cousin numa história de Roma muito divulgada,³⁹ enuncia simultaneamente o triunfo da Romanidade, presente da Escócia ao Iraque, e o enfraquecimento na Itália das forças que criaram o Império. Esta Roma exterior, que muitas vezes salvaguardou brilhantemente o melhor desta civilização, não deixou de contribuir para as alterações culturais que muitos contam entre as causas

³⁸ Paul Petit, *Histoire générale de l'Empire romain*, 2, *La crise de l'Empire*, Paris, 1974, pp. 70-72 (=Petit, *Histoire*).

³⁹ Jean Cousin / Raymond Bloch, *Roma e o seu destino*, Lisboa, 1964, pp. 414-452.

da queda de Roma. Este fenómeno histórico revela-se um lento processo de aculturação em que os valores que permitiram, associados a uma série de circunstâncias pontuais felizes, que Roma sobrevivesse aos seus primeiros tempos difíceis para ascender depois como superpotência mediterrânica. O custo do triunfo foi a transformação e o surgimento de dinâmicas de que perdeu o controlo no cenário múltiplo da Romanidade. Depois de 212 o mundo de Roma é um mundo de homens livres, cidadãos. Mas interrogamo-nos sobre a validade do estatuto a partir do momento em que o abominável termo *Dominus* surge na titulação imperial sistematicamente.

Que esta Romanidade é, todavia, muito diferente, enquanto espaço imperial, de outros impérios, comprova-se facilmente, sem necessidade de recorrer a mais exemplos, atendendo à figura do imperador que celebrou o milenário da Cidade Eterna, em 247, Filipe, o Árabe (Fig.10).



Fig.10 - Antoniniano de Filipe, o Árabe, comemorativo dos festejos do milenário de Roma (RIC 24c).

Este imperador, nascido nos confins arábicos do Império e membro de uma família mais ou menos obscura da pequena nobreza local,⁴⁰ é o produto simbólico do sucesso da romanização das províncias, mesmo no Oriente, demonstração clara de que a evolução interna do Império não foi prejudicada por preconceitos étnicos e que mesmo as diferenças culturais, quando existiam, podiam ser sublimadas. Seria isto possível noutros impérios? No fundo, a partir de determinado momento, a Romanidade caracteriza-se pela emergência de núcleos regionais, mais ou menos inovadores ou conservadores segundo as tradições locais, existindo um mecanismo que permitia, por vezes de forma violenta, controlar aquilo que ultrapassava o aceitável, como

⁴⁰ Petit, *Histoire*, pp. 170-172.

aconteceu com o final melodramático dos últimos imperadores da dinastia síria. Seja como for, comparar este Império com o que foi estabelecido por Octaviano não teria sentido, tão diferentes estes se tornaram. Muito curiosamente, ou talvez não, uma vez que Roma persiste como o símbolo maior da ideia imperial, muitas das inovações ideológicas que vão perturbar os séculos III e IV fazem o seu caminho por Roma, para a partir daí, e do prestígio ou força que aí ganham, se afirmarem noutras regiões do império. Não sucedeu assim com o Cristianismo?

Chegados ao século V, consumada uma divisão política que a inscrição do *Wadi Rum* sugeria no campo cultural, minada a força integradora de Roma, o Império adia no Ocidente uma morte anunciada, enquanto o Oriente retoma os caminhos anteriores à conquista romana, tornando-se gradualmente bizantino. Escrevemos atrás que o abandono da política germânica foi um erro grave, o que levanta algumas dúvidas quanto à existência de uma grande estratégia romana.⁴¹ Na verdade a permanente tentativa de abrir caminho para o Golfo Pérsico através da Mesopotâmia, perseguida por imperadores preocupados não tanto com a repetição das proezas de Alexandre mas sobretudo em empurrar o mais possível para o interior a fronteira do Império, facilitando a sua defesa e controlando simultaneamente postos comerciais importantes, obrigou a uma permanente tensão militar e económica na região.

Se o Império tivesse optado por retomar os planos germânicos de Augusto ou de Marco Aurélio é bem possível que o desenvolvimento de uma significativa massa continental no Ocidente e a inclusão no Império de povos capazes de fornecerem os soldados que lhe iam faltando e que acabaram, mais tarde, por surgir em condições muito negativas para os interesses romanos, ora como inimigos, ora como aliados impostos. A política oriental romana faz lembrar, em determinadas situações, a anacrónica tentativa bizantina de retomar o controlo do Ocidente, desastrosa sob muitos aspectos. Não vale a pena recorrer a cenários alternativos para o passado, mas, sem esquecer o inegável êxito da Romanidade no que é hoje a Roménia, apesar de séculos de influências magiares, otomanas, eslavas e germânicas,⁴² não podemos deixar de imaginar que efeitos teria no futuro da futura Europa a conquista e manutenção das terras até à linha Oder / Boémia, considerando, inclusivamente, o que se passou depois com o Império Carolíngio, no qual, mais do que no Império Romano, parece a assentar a verdadeira inspiração para a União Europeia, como se vai verificando progressivamente neste ano de 2011.

⁴¹ Sobre esta debatida questão: Edward Luttwak, *The grand strategy of the Roman Empire from the First century A.D. to the Third*, Baltimore, 1976; Charles R. Whittaker, *Les frontières de l'Empire Romain*, Besançon, 1989.

⁴² George I. Brătianu, *Une énigme et un miracle historique: le peuple Roumain*, Bucareste, 1988.

Não devemos prolongar este sinuoso percurso, mas não podemos terminar sem abordar a questão da Romanidade no mundo contemporâneo. É impressionante observar, um pouco à margem, se possível, as multidões que nesta época de turismo de massa se precipitam em Roma sobre as ruínas mais simbólicas, como as do Coliseu ou do *Forum Romanum* (Fig.11).



Fig.11 - Multidão de turistas na *Sacra Via* junto ao templo de Rómulo, Roma.

Como todos sabemos, a quantidade não implica obrigatoriamente qualidade e isso leva-nos a questionar os motivos que fazem mover tanta gente. Será a vontade de estar num espaço por onde correu tanta história, fazendo parte dele por um momento, um pouco à imagem do célebre grafite da Segunda Guerra Mundial *Kilroy was here*, ou apenas uma moda facilitada pela mobilidade actual, tão diferente da praticada pelos viajantes do *grand tour*? Muito provavelmente a maior parte procurará apenas os traços de um passado aprendido nos manuais escolares, no cinema ou na literatura, apenas como passado, onde se misturam figuras heróicas, mártires, rebeldes, imperadores loucos e ali, ao toque da mão, os vestígios de uma arquitectura que não permite dúvidas sobre o que é um poder imperial. Que assim parece ser pode deduzir-se da quietude quase sempre reinante no *Antiquarium* do Forum, onde os raros visitantes podem observar parte do pouco que ficou das origens mais longínquas, e menos espectaculares, de Roma.

Na verdade, para muitos destes turistas que conferem um aspecto babilónico aos locais mais prestigiosos da velha Urbe, a Romanidade não tem um sentido verdadeiramente actual, tanto mais que alguns dos valores que lhe poderiam ser atribuídos no mundo actual são remetidos para o cenário grego, caso da Democracia, reservando para Roma ditadores e gladiadores. Errada interpretação, perigosa interpretação numa época em que se torna urgente encontrar soluções justas para o governo de grandes áreas políticas e para o problema de multiculturalismos delirantes! Embora a Romanidade tenha permanecido sempre como uma inspiração para os pensadores políticos ocidentais de todas as épocas, sobretudo enquanto as Humanidades se mantiveram no centro da formação desses mesmos pensadores, as interpretações que lhe têm sido atribuídas variaram ao longo do tempo.

Estas interpretações, quase sempre de tipo intelectual, tiveram também expressões nacionalistas, como na Roménia durante o domínio de Ceaucescu ou, sobretudo, na Itália de Mussolini. Neste último caso a afirmação de continuidade e de uma *Renovatio Imperii* é perfeitamente compreensível e não pode ser condenada só por isso, se tivermos em conta, por exemplo, que a França se assumiu, em oposição à Alemanha, como a representante do mundo latino por excelência, sem deixar, naturalmente, de considerar Vercingetórix ou Clóvis como heróis nacionais. Trata-se de fenómenos marcadamente políticos, de identificação, que conferiram à Romanidade, ou à sua expressão, um carácter nacional evidente, ainda que positivo, de uma maneira geral, para a preservação do passado romano e para o seu estudo. Os grandes trabalhos efectuados em Roma pelas autoridades fascistas, apesar de criticáveis sob muitos aspectos,⁴³ não deixaram de contribuir quer para a valorização do legado romano (Fig.12), quer para o seu estudo e divulgação, como se pode verificar visitando o *Museo della Civiltà Romana*, onde se encontram muitos dos materiais da célebre exposição *Mostra Augustea della Romanità*, organizada em 1937 para comemorar o nascimento de Augusto.

⁴³ Daniele Manacorda / Renato Tamassia, *Il picone del regime*, Roma, 1985.

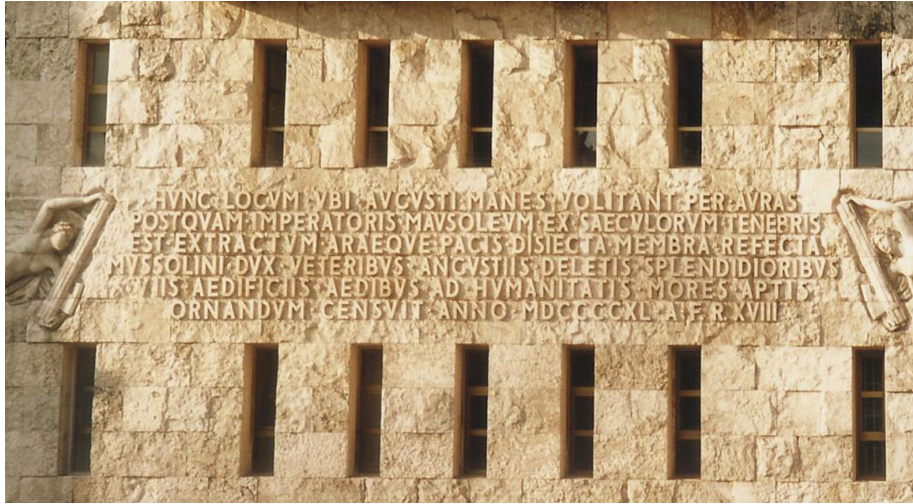


Fig.12 - Inscrição de 1940, em Roma, comemorando a reabilitação da *Ara Pacis* e do Mausoléu de Augusto.

O indesmentível interesse que a civilização romana ainda desperta, apesar dos ataques sistemáticos a que a História Antiga tem sido sujeita, não poucas vezes por razões tão políticas como aquelas que levaram a exageradas e por vezes anacrónicas manifestações de admiração, erradas à partida por se pretenderem especificamente nacionais, tanto como agora se limitam, frequentemente, a jogos de palavras. Ora a Romanidade moderna deve realçar uma ideia identitária que, sem esquecer as suas raízes itálicas e latinas, possa sugerir um modelo respeitável e inspirador para a Europa e para todos os que nela querem viver de acordo com os irrevogáveis valores culturais que lhe são próprios, no que deve ser intransigente. Recordamos uma passagem de Apuleio que nos parece clara quanto ao que defendemos: «Não é ao lugar do nascimento, mas sim ao carácter de cada um que é preciso olhar; não é sobre que região, mas sim sobre que princípios se fundou a sua existência que é preciso reparar.»⁴⁴ Cremos que os europeus nada têm a aprender com outros, neste campo, e a Romanidade pode ser o ponto de encontro onde os diferentes se sentirão iguais, não pela força ilusória de um padrão económico, mas à sombra tutelar do legado intemporal da Cidade Eterna (Fig.13), como tão bem o exprimiu no seu epitáfio um norte-africano da antiga *Rusicade*, hoje Skikda, na Argélia: «Paz para ele! Antonius levantou esta ara em vida. Mercador, nascido neste local, tem mulher e filhos.

⁴⁴ Apuleio, *Met.*, II, 8.

Navegando e exercendo a sua profissão, foi a Roma, sua mãe, e pisou a Via Sagrada.⁴⁵



Fig.13 - Estátua da deusa Roma entronizada no Capitólio de Miguel Ângelo, Roma.

⁴⁵ H.-G. Pflaum, *Inscriptions Latines de l'Algérie*, II, 2, Paris, 1957, n.º 73.

BIBLIOGRAFIA

Edições e traduções

- Apuleio, *Le Metamorfosi o l'Asino d'Oro / Apuleio* (Introduzione, traduzione e note de Lara Nicolini), Milão, 2005: Biblioteca Universale Rizzoli.
- A Bíblia Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento*. Traduzida em portuguez segundo a vulgata latina por Antonio Pereira de Figueiredo, Lisboa, 1909: Deposito das Escripturas Sagradas.
- Catão, *De l'Agriculture* (Texte établi, traduit et commenté par R. Goujar), Paris, 1975: Les Belles Lettres.
- Élio Aristides, *A Roma* (Traduzione e comento a cura di Francesca Fontanela), Pisa, 2007: Edizione della Normale.
- Tácito, *Agricola and Germania* (Translated by H. Mattingly. Revised with an Introduction and Notes by J. B. Rives), Londres, 2009: Penguin Books.

Estudos

- Bandinelli, R. Bianchi (1969), *Rome. Le centre du pouvoir*, Paris.
- Bloom, J. James (2010), *The Jewish Revolts against Rome, A.D. 66-135. A military analysis*, Jefferson (NC) / Londres.
- Branca, Nicolae (1980), *Urbanismul Daciei Romane*, Timisoara.
- Brătianu, Gorge I. (1988²), *Une énigme et un miracle historique: le peuple Roumain*, Bucareste.
- Camus, Albert (1950), *Noces*, Paris.
- Chack, Paul (1930), *Como marinheiros se batem. 1914-1918*, Porto.
- Conrad, Joseph (2004), *O coração das trevas*, Lisboa.
- Cousin, Jean / Bloch, Raymond (1964), *Roma e o seu destino*, Lisboa.
- Cruz, Humberto da (1935), *A viagem do Dilly*, Lisboa.
- Demandt, Alexander (1990), *Theodor Mommsen*, Classical Scholarship. A Biographical Encyclopaedia, Nova Iorque, pp.285-307.
- Gorges, Jean-Gérard (1990), *Villes et villas de Lusitanie*, Les Villes de Lusitanie Romaine, Paris, pp.91-114.
- Grant, Michael (1967), *O mundo de Roma*, Lisboa.

- Grant, Michael (1996), *Art in the Roman Empire*, Londres.
- Graves-Brown, Paul / Jones, Siân / Gamble, Clive (ed.) (1996), *Cultural Identity and Archaeology. The Construction of European Communities*, Londres / Nova Iorque.
- Hock, Ronald (2008), *The problem of Paul's social class. Further reflections*, *Pauline Studies*, 4, Paul's World, Leida / Boston, pp.7-18.
- Homo, Léon (1971), *Rome impériale et l'urbanisme dans l'antiquité*, Paris.
- Jobling, Bill (rel.) (1993), *Chronique Archéologique. Jordanie, Syria*, LXX (1-2), pp.244-246.
- Jones, Frances Hope (2008), *Tirocinium Imperii: Public School Education in the Victorian Era, the Classical Curriculum and the British Imperial Ethos*, Middleton (Conn.).
- Kipling, Rudyard (1906), *Puck of Pook's Hill*, Toronto.
- Kotkin, Joel (2011), *A cidade. Uma história global*, Lisboa.
- Luttwak, Edward (1976), *The grand strategy of the Roman Empire from the First Century A.D. to the Third*, Baltimore.
- Manacorda, Daniele / Tamassia, Renato (1985), *Il piccone del regime*, Roma.
- Mantas, Vasco (2002), *O mundo religioso dos viajantes e comerciantes*, *Religiões da Lusitânia*. Loquuntur Saxa, Lisboa, pp.157-164.
- Mantas, Vasco (2004), *Novidades epigráficas de Ammaia (S. Salvador de Aramenha, Marvão)*, Au Jardin des Hespérides. Mélanges Offerts à Alain Tranoy, Rennes, pp.87-101.
- Mantas, Vasco (2008), *As cidades do Sol*, O Sol Greco-Romano, Coimbra, pp.161-192.
- Mattingly, David J. (ed.) (1997), *Dialogues in Roman Imperialism. Power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire*, Portsmouth (RI).
- Moffat, Alistair (2005), *Before Scotland: the Story of Scotland Before History*, Londres.
- Molina, A. Bancalari (2007), *Orbe romano e imperio global. La romanización de Augusto a Caracalla*, Santiago do Chile.
- Moneta, Cecilia (2010), *Der Vicus des römischen Kastells Saalburg*, 1-3, Mogúncia.
- Murphy, Cullen (2008), *Are we Rome? The Fall of an Empire and the Fate of America*, Boston. Pastor Muñoz, Mauricio (20033), *Viriato. A luta pela liberdade*, Lisboa.

- Petit, Paul, *La paix romaine*, Paris, 1967. Petit, Paul (1974), *Histoire générale de l'Empire romain*, 2, *La crise de l'Empire*, Paris.
- Pflaum, Hans-Georg (1957), *Inscriptions Latines de l'Algérie*, II, 2, Paris.
- Pörtner, Rudolf (1977), *Mit dem Fabrsthul in die Römerzeit. Städte und Stätten deutscher Frühgeschichte*, Dusseldorf.
- Rebenich, Stefan (2002), *Theodor Mommsen: eine Biographie*, Munique.
- Richardson, J. S. (1997), *Neque elegatem, ut arbitror, neque urbanum: reflections on Iberian urbanism*, Social Complexity and the Development of Towns in Iberia, Oxford, pp.339-354.
- Rocha Pereira, M. H. (2008⁴), *História da Cultura Clássica*, 2, *Cultura Romana*, Lisboa.
- Rocha Pereira, M. H. (2008), *Raízes clássicas da União Europeia*, Boletim da Faculdade de Direito, 84, pp.11-24.
- Rodrigues, Nuno Simões (2007), *Iudaei in Vrbe. Os Judeus em Roma de Pompeio aos Flávios*, Lisboa.
- Sealey, Paul (1997), *The Boudican Revolt against Rome*, Princes Risborough.
- Solomon, Jon (2000²), *The Ancient World in the Cinema*, New Haven (CT).
- Starr, Chester G. (1993³), *The Roman Imperial Navy 31 B. C.-A.D. 324*, Chicago.
- Turcan, Robert (1981), *Mithra et le Mithriacisme*, Paris.
- Ward-Perkins, Bryan (2006), *A queda de Roma e o fim da civilização*, Lisboa.
- Wike, Maria (1997), *Projecting the Past. Ancient Rome, Cinema and History*, Nova Iorque / Londres.
- Whittaker, Charles R. (1989), *Les frontières de l'Empire Romain*, Besançon.